



JORNADAS
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS E
HUMANÍSTICOS
DE PARINTINS

ANAIS

UEA-UFAM
Latinitates

20, 21 e 22 de outubro de 2022

Weberson Fernandes Grizoste
(Org.)

Anais da III Jornadas de Estudos Clássicos e Humanísticos de Parintins

<http://latinitates.com/>
<https://amazonas.academia.edu/latinitas>
<https://www.facebook.com/latinitates/>
<https://www.youtube.com/latinitates>

Arte da capa: Renner da Silva Carvalho
Diagramação: Weberson Fernandes Grizoste
Revisão: Alexsandro Melo Medeiros

ISBN: 978-65-00-53317-0
ISBN digital: 978-65-00-53319-4

Latinitates – Estudos Clássicos e Humanísticos
Centro de Estudos Superiores de Parintins
Universidade do Estado do Amazonas
Parintins – AM
2022

- A. G. Dias (1998) **Gonçalves Dias: Poesia e prosa completas**. A. Bueno (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- R. Jacobbi (1958). **Goethe, Schiller, Gonçalves Dias**. Porto Alegre, UFRS.
- W. F. Grizoste (2013) «O pharmakós: a questão do sacrifício voluntário» in K. Koike; W. Grizoste. **Estudo de hermenêutica e antiguidade clássica**. Coimbra, Edição de autores. p. 71-96.
- P. S. Lira (2012). **Gonçalves Dias Consagração e infâmia: a recepção crítica da dramaturgia de Gonçalves Dias**. Belém: Universidade Federal do Pará (dissert. policop.).
- M. A. Pirateli; J. J. P. Melo (2008) «O caráter pedagógico da poesia trágica de Sêneca». **Anais do Seminário de Pesquisa do PPE**.
- J. A. S. Campos (2006) **Sêneca. Tiestes**. Lisboa: Verbo.
- J. B. Fontes (2007) «Sêneca. Fedra» in **Eurípedes, Sêneca, Racine, Hipólito e Fedra: três tragédias** São Paulo: Iluminuras.



O LIVRE-ARBÍTRIO NAS CONFISSÕES DO LIVRO IV DE SANTO AGOSTINHO: PELAS ESTRADAS DO ERRO

Sanny Kellen Anjos Cavalcante Canuto [UNEMAT]

Resumo: *Este artigo apresenta a concepção de livre-arbítrio segundo Santo Agostinho, a fim de verificar a origem do pecado e sua relação com as escolhas humanas. A pesquisa bibliográfica elucidada a busca humana pela liberdade e de que maneira a questão “vontade” deve ser considerada e relativizada. Diante desses postulados, Agostinho infere que o livre-arbítrio é um bem dado por Deus, cujo seu bom ou mau uso depende da ação humana.*

Palavras-chave: Livre-Arbítrio; Liberdade; Vontade; Pecado; Santo Agostinho.

INTRODUÇÃO

Aurelius Augustinus, popularmente conhecido como Santo Agostinho de Hipona, foi um estudioso teólogo e filósofo que buscava investigar o equilíbrio entre fé e razão. Desse modo, encontrava explicações filosóficas para indagações recorrentes acerca da fé cristã, não lhe bastando apenas o preceito de que “a fé é o fundamento da

esperança, e uma certeza a respeito do que não se vê.” (Hebreus 11:1), mas também buscava formas racionais para explicá-la a fim de sanar suas inquietações.

Dentre as 123 obras e mais de 200 cartas e sermões escritos por Santo Agostinho, toma-se, neste trabalho, a obra “O Livre-Arbítrio” que se divide em três livros intitulados: O pecado provém do livre-arbítrio; A prova da existência de Deus revela-o como fonte de todo o bem. Deus não é o autor do mal, mas do livre-arbítrio, que é um bem; e louvor a Deus pela ordem universal, da qual o livre-arbítrio é um elemento positivo, ainda que sujeito ao pecado. A obra em quatro expõe um diálogo entre Agostinho e seu amigo Evódio¹³, em que se discute a necessidade de liberdade do homem e a possível origem do mal advinda dessa mesma liberdade.

Essencialmente, o livre-arbítrio é um bem concedido pelo autor de todo o bem, ou seja, de Deus. Seguindo tal preceito, aborda-se a questão do amor de Deus para com seus filhos, implicando a questão de que, só será de fato livre, aquele que aceita e faz o bem. Nesse bojo, analisa-se a relação entre livre arbítrio, liberdade e vontade.

LIVRE-ARBÍTRIO E O AUTOR DO PECADO

No livro I de *O Livre-Arbítrio*, Santo Agostinho inicia o diálogo com seu amigo Evódio, no qual discorrem acerca da origem do pecado e indagam sobre quem seria o autor do mal. No decorrer dessa conversa, eles inferem que Deus agraciou o homem com um bem, que seria o livre-arbítrio. No entanto, Agostinho instiga o amigo ao questionar: “Evódio Peço-te que me digas, será Deus o autor do mal?” (AGOSTINHO, 1995, p. 25). Após tecerem considerações acerca da indagação, os amigos chegam à conclusão de que Deus não é o autor do mal, mas que o mal provém do uso que o homem faz da liberdade que lhe é dada por Deus.

Com base nas convicções de Agostinho, pode-se levantar a seguinte questão: Para qual finalidade nos foi dado o livre-arbítrio, se este nos permite pecar, não seria também Deus o autor do mal? Agostinho responde que não, pois acredita que: *Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom.* (Gn. 1:31). Por isso, se Deus tivesse

¹³ Amigo por quem Agostinho nutria grande respeito e admiração.

criado o mal, até o mal faria parte de um plano maior e este, por sua vez, seria um bem.

Para Agostinho, a causa do mal deve ser procurada no próprio homem, mais precisamente, deve ser procurada no interior desse, e não somente em seus atos externos [...]. Assim, o mal é visto como um exercício de vontade, cuja fonte deve ser buscada na vida interior. (SCAPIN, 2007, p.25).

Após Santo Agostinho e Evódio chegarem à conclusão de que o mal é fruto das escolhas, da liberdade e, conseqüentemente, das ações humanas, pois Deus, com toda sua magnificência, sendo amor e justiça, não poderia ser responsável pelo mal humano, uma vez que “[...]o objecto do amor é o bem, porque ninguém ama o mal enquanto mal; o amor é invisível; o amor é o próprio Deus” (SANTO, 2005, p.256). Destarte, não haveria mais lacunas para que se pensasse de outro modo. No entanto, acreditando que o livre-arbítrio é um presente dado ao homem por Deus por causa de seu infinito amor, Evódio questiona:

Mas quanto a esse mesmo livre-arbítrio, o qual estamos convencidos de ter o poder de nos levar a pecar, pergunto-me se aquele que nos criou fez bem de no-lo ter dado. Na verdade, parece-me que não pecaríamos, se estivéssemos privados dele [...]. (AGOSTINHO, 1997, p. 30).

Diante do sólido questionamento de Evódio, Agostinho se propõe a responder ao amigo de forma racional, uma vez que parte fundamental de seus estudos se dava em considerar o equilíbrio entre fé e razão.

Dessa forma, Agostinho infere que Deus existe e que todas as coisas boas provêm dele. A fim de fundamentar essa premissa, utiliza boa parte do livro II para explicar que o livre-arbítrio é o poder de escolha entre o bem e o mal, diferenciando-o da liberdade que para ele seria o bom uso do livre arbítrio. Isso implica, segundo Agostinho, que a liberdade do homem é relativa quanto ao uso do livre arbítrio, pois depende sempre de como o ser humano usa esse poder. De modo que o livre arbítrio está mais interligado com a vontade, na qual apresenta discrepância, consistindo em a vontade ser uma ação, enquanto o livre

arbítrio, um privilégio. Nesse caso, o privilégio de escolher qual ação executar.

VONTADE: UM BEM OU UM MAL?

No capítulo I do livro IV das *Confissões*, Santo Agostinho revela o caminho que percorreu até sua conversão, citando paixões, incredulidades, desfaçatez e o quão fácil parece ser enveredar “pela estrada larga”. “A nova estrada era estreita, mas segura e luminosa. Para nela entrar Agostinho concluiu que precisava desviar-se inteiramente daquela outra, de comodidades mundanas e sensualidade pecaminosa”. (PESSANHA, 2013, p.11). O Bispo de Hipona afirma que o homem possui uma vontade, que só pelo conceito não se pode ser tomada como boa ou ruim. Para ele, o que caracteriza a vontade como sendo boa ou ruim é a opção que o ser humano faz, pois a partir dessa escolha ocorre uma ação que pode ser algo bom ou ruim para si mesmo ou para o próximo.

Diante das informações supracitadas sobre livre-arbítrio e vontade humana, propõe-se, aqui, uma breve analogia entre duas obras de Santo Agostinho. Trata-se de *O Livre Arbítrio* como subsídio e *O Professor* como sendo uma experiência vivenciada pelo próprio autor. Segundo o Bispo de Hipona, o poder de fato existe, pois antes de converter-se, utilizava-se da arbitrariedade para viver da maneira que acreditava ser correta. É possível observar essa assertiva no capítulo I, intitulado *Pelas estradas do erro*:

[...]era seduzido e seduzia, era enganado e enganava: às claras, com as ciências a que chamavam liberais e às ocultas, sob o falso nome de religião. Aqui ostentava-me soberbo, além supersticioso e em toda a parte vaidoso. (AGOSTINHO, 1980-p.1).

Perante aquilo que Agostinho considera como sendo uma conversão, em que as antigas atitudes que o caracterizavam como ruim foram abandonadas, infere que sua escolha em mudar de atitudes foi pautada em seu livre-arbítrio, tornando-o, segundo sua concepção, livre. Ou seja, Santo Agostinho fez uma escolha usando do livre-arbítrio para então agradar a Deus, pela vontade que possuía dentro de si em ser livre, seguindo a Cristo e renunciando às paixões carnisais.

Portanto, para Agostinho, a livre vontade no homem é um bem, e não só um bem, mas algo necessário, pois,

mesmo os que vivem vida perversa, possuindo o livre-arbítrio, podem voltar a ter vida reta, caso queiram. Ao contrário, se não o tivessem, não poderiam vir a ter vida reta. Por isso, a livre vontade é um bem necessário, sem o qual ninguém pode viver retamente. (COSTA, 2007; p.94)

Com base nas premissas instituídas por Santo Agostinho, é possível compreender que a vontade do ser humano é suprema em si mesma, em que o agir mal pode ser atribuído a essa vontade. Para o autor, a boa vontade é a que nos faz viver com retidão e honestidade, instigando o ser humano a alcançar o apogeu da sabedoria. Consiste em aceitar a graça de Deus, visando a premissa de que só será de fato livre aquele que optar por fazer a vontade dele e esquecer de si mesmo, porém, isso ocorrerá apenas se houver aceitação da graça divina, preceito primordial para aquele que escolhe fazer a vontade de Deus, visto que o ser humano sozinho não conseguiria fazê-lo.

Para Santo Agostinho, o livre-arbítrio não implica automaticamente na liberdade, mas sim quando a liberdade resulta em ações que culminam o bem. Em suma, o conceito de liberdade em Santo Agostinho está em aceitar a graça de Deus, uma vez que, “a graça precede todos os esforços de salvação e é seu instrumento necessário”. (AGOSTINHO, 1984, p.27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu explicitar a concepção de livre-arbítrio segundo Santo Agostinho e mostrou a relação entre pecado e liberdade humana, concernente ao bom ou mau uso dessa liberdade, levando em consideração as teses de Santo Agostinho sobre o assunto abordado. Agostinho e Evódio levantaram diversos questionamentos sobre a origem do pecado e quem seria o autor do mal, concluindo, dessa maneira, que Deus, um ser supremo, dotado de virtude excelsa, não impõe ao ser humano ser escravo das paixões carnis, mas que é justo e permite que o ser humano faça suas escolhas livremente.

Com base nas teses acerca dos questionamentos presentes nas obras de Santo Agostinho, foi possível levantar dados que permitem inferir que o livre-arbítrio é um bem concedido por Deus para que o ser humano possa ter a liberdade de utilizar sua vontade como melhor lhe aprouver. Na concepção de Santo Agostinho, isso não significa que

essa vontade tornará o homem livre, mas que pode utilizá-la tanto para o bem quanto para o mal. Em outros termos, Deus deixa o ser humano livre para possa fazer suas escolhas, estando ciente de suas ações e das possíveis consequências fruto de suas vontades. Portanto, para os cristãos, a liberdade em Cristo consiste em manter-se no caminho da retidão, aceitando a graça divina em detrimento da sua própria vontade humana.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- A. E. Santo (2002) «Imagens do Amor em Santo Agostinho» **HVMANITAS LIV** p. 101-113.
- A. Ricci (1984) **Santo Agostinho, De Magistro** (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural.
- J. P. Castro (2007). **Bíblia Sagrada**. O.F.M. São Paulo.
- E. P. Scarpin (2007) **O conceito de liberdade humana em O Livre Arbítrio de Santo Agostinho**. Santa Maria. Faculdade Palotina (FAPAS).
- J. O. Santos. A. A. de Pina (1973) **Santo Agostinho, Confissões**. São Paulo: Abril.
- M. R. N. Costa (2012), “O livre-arbítrio, segundo Santo Agostinho: um bem ou um mal”, **Agora Filosófica** 1 89-110.
- N. A. Oliveira. (1995) **Santo Agostinho, O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus.



O CANTOR DE (MAIS) UM POVO EXTINTO: DO ÚLTIMO TUPI AO ÚLTIMO ABENCERRAGEM E A CONQUISTA DE ESPANHA

Weberson Grizoste [CESP-UEA]

Gisely Garcia Lima [CESP-UEA]

Resumo: *O presente artigo é de caráter bibliográfico e objetiva analisar as influências de Chateaubriand e Swinburne junto à concepção de Gonçalves Dias enquanto cantor de um povo extinto, dessa vez com a “americanização” da nobre linhagem norte-africana que governou Granada durante a época dos Nasridas: do último tupi (em I-Juca Pirama) ao último abencerragem de Chateaubriand e menções a Swinburne.*

Palavras-chave: Influência; Chateaubriand; Swinburne; Gonçalves Dias.